



ELEIÇÕES

São Paulo, Minas e Rio concentram os principais pré-candidatos e as articulações que podem frustrar planos de Bolsonaro

Jogo de poder no maior triângulo eleitoral do país

» JORGE VASCONCELLOS

Com 61,6 milhões de eleitores (42% de todos os brasileiros aptos a votar), os três maiores colégios eleitorais do país são palco de intensas negociações partidárias, de olho na disputa presidencial de 2022. Estão em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a pouco menos de um ano do pleito, os principais pré-candidatos e as articulações mais importantes. Os movimentos políticos das últimas semanas sinalizam que, a partir desses estados, deve ser formado um poderoso cinturão contra o avanço do projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

“Minas, Rio e São Paulo, por serem os maiores do ponto de vista populacional e de eleitorado, sempre foram extremamente importantes na definição dos rumos políticos do Brasil”, diz o cientista político e escritor Antônio Lavareda, pioneiro do marketing eleitoral no país (**leia Duas perguntas para**). Ele cita, por exemplo, o peso desses estados na eclosão do golpe militar de 1964 e também na transição democrática, após a ditadura.

No momento, em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, as articulações estão a todo vapor e apontam para possíveis composições políticas até pouco tempo inimagináveis. O ex-governador Geraldo Alckmin, prestes a deixar o PSDB, aproxima-se do PSB e vem sendo cotado como possível vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas de intenção de voto. O tucano também é objeto do desejo do presidente do PSD, o ex-ministro Gilberto Kassab.

No PSDB, o governador paulista, João Dória, é um dos candidatos à indicação do partido para concorrer ao Planalto no ano que vem. Nas prévias

tucanas do próximo domingo, ele vai disputar essa credencial com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e com o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto.

Em Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral brasileiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), começa a sedimentar sua pré-candidatura ao Planalto, ao lado de outros atores políticos mineiros do mesmo partido, como o senador Antonio Anastasia e o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. Este último, por sua vez, também vem sendo cotado como provável vice na chapa de Lula, enquanto o ex-presidente tem ainda uma outra opção no estado para compor sua chapa: o empresário Josué Gomes da Silva, atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele é filho de José Alencar, que foi vice do petista no Planalto.

No Rio de Janeiro, o terceiro maior colégio eleitoral, a costura é para que o prefeito Eduardo Paes (PSD) seja responsável pela montagem de um palanque para Lula na campanha presidencial. Também no estado, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, que está sem partido desde que foi expulso do DEM, deve engrossar as fileiras do PSD e ter papel importante tanto na sucessão estadual quanto na nacional.

Engenharia

O cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, chama atenção para o fato de o PSD de Kassab estar por trás das articulações nos três maiores colégios eleitorais do país. “Kassab é o principal responsável por toda essa engenharia que está ligando esses três estados importantes. Ele está trabalhando intensamente nesse processo, nesse entendimento”, afirma o analista.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Especialistas destacam o papel de Kassab na construção do cinturão eleitoral São Paulo, Minas e Rio

De acordo com ele, nessa costura política, é possível até que Pacheco venha a ser vice na chapa de Lula. “Kassab faz Anastasia candidato ao governo de Minas Gerais, bota Alckmin na disputa pelo governo de São Paulo e, no Rio, um candidato próximo do Eduardo Paes e do Rodrigo Maia. Pode ser o PSD de Kassab, pode ser o Eduardo Paes ou pode ser outro nome. A questão é: você fecha um pacote muito importante, muito forte para as eleições”, avalia. “E mais: é Lula presidente e Pacheco, vice, a chapa é essa.” Para o especialista, essa eventual composição se fortaleceria ainda mais com

o tradicional apoio da Região Nordeste ao líder esquerdista.

Antônio Augusto de Queiroz, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), também destaca o papel de Kassab na construção do cinturão eleitoral ligando São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. “São os estados que vão, em certa medida, ter candidaturas competitivas que impedem alianças significativas com Bolsonaro. E esses três estados têm um grande cabo eleitoral, que é Kassab. Ele tem filiado ao partido dele as principais lideranças capazes de transferir um volume significativo de votos. Então, Kassab é

decisivo”, afirma Queiroz.

Ele ressalta, também, que nesses três estados, Minas Gerais é onde Lula tem menos força eleitoral no momento, mas que isso pode mudar caso Geraldo Alckmin venha a ser o vice do petista. “Se Lula trouxer o filho do José Alencar para ser vice ou Alckmin como vice, aí ele ganha uma entrada boa. Se pegar Alckmin, ele reforça em São Paulo. E, em Minas, (o deputado federal) Aécio Neves, embora no PSDB, iria despejar votos no Alckmin, com verdadeiro ódio ao Dória, se Dória for o escolhido nas prévias do PSDB”, destaca o diretor do Diap, ao citar desavenças antigas entre os dois tucanos.

Duas perguntas para

ANTÔNIO LAVAREDA, PIONEIRO DO MARKETING ELEITORAL NO PAÍS

Qual o papel de São Paulo, Minas e Rio nas articulações à sucessão presidencial?

Esses estados sempre foram, na história, nos momentos mais importantes, os que se mostraram decisivos para a orientação dos rumos do país. Na redemocratização, quando nós tivemos as primeiras eleições diretas para governadores, você teve, em São Paulo, o governo de Franco Montoro, o governador do Rio de Janeiro ainda era o Chagas Freitas, que era do MDB, e Tancredo Neves também. Isso foi fundamental para viabilizar, três anos depois, a transição democrática. Então, esses estados são protagonistas na política brasileira.

Já é possível prever a composição das principais chapas ao Planalto em 2022?

A discussão ainda não está posta, na verdade. Está mais no terreno da especulação. Meu raciocínio é que todo esse esforço de articulação, de coordenação e de movimentos no xadrez da sucessão nos estados, naturalmente se articula, se dá em virtude da necessidade dos chamados caminhos alternativos, ou terceira via, como queira chamar, enfrentarem e tentarem romper a bipolarização que, até o momento, tem predominado na disputa presidencial, em que só dois candidatos têm atingido os dois dígitos nas pesquisas. Esse patamar, dos dois dígitos, é o que tecnicamente merece a denominação de candidatos competitivos.



NAS ENTRELINHAS

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Dois filmes, duas histórias que se cruzam na resistência ao regime militar

Vale a pena ver o filme *Marighella*, dirigido por Wagner Moura, com Seu Jorge esbanjando talento na telona, no papel de Carlos Marighella, em 1969, no auge da atuação da Aliança Nacional Libertadora, o grupo guerrilheiro que liderava e foi dizimado pelo delegado Sérgio Fleury. Em contraponto, sugiro também o documentário *Giocondo Dias, Ilustre Clandestino*, de Vladimir de Carvalho, disponível no Canal Brasil, que reúne depoimentos sobre o líder comunista que substituiu Luiz Carlos Prestes na Secretaria-Geral do PCB. Ambos mostram um passado de radicalização política que não deve se repetir.

Moura dirigiu um blockbuster político, que utiliza os recursos da ficção e dos filmes de ação para fazer um recorte histórico da vida de Carlos Marighella, inspirada na excelente biografia de Mário Magalhães sobre o líder comunista carismático que arrastou para a luta armada jovens militantes do antigo PCB e um grupo de padres franciscanos. Carvalho fez um garimpo de imagens, a partir dos depoimentos de militantes que participaram do resgate de Giocondo Dias, o líder comunista clandestino que havia ficado isolado, após o desmonte da estrutura do velho Partidão, em 1975, quando 12 integrantes do Comitê Central e milhares de militantes foram presos.

Marighella e Giocondo fizeram parte do chamado “grupo baiano”, que lideraria a reorganização do PCB no final do Estado Novo, em 1943, tecendo uma aliança pragmática com Getúlio Vargas para o Brasil

MARIGHELLA QUERIA QUE A DERRUBADA DA DITADURA RESULTASSE NA REVOLUÇÃO SOCIALISTA; PARA GIOCONDO, A REDEMOCRATIZAÇÃO EXIGIA LONGA RESISTÊNCIA DE UMA AMPLA FRENTE POLÍTICA

entrar na II Guerra Mundial contra o Eixo: Armênio Guedes, Moisés Vinhas, Aristeu Nogueira, Milton Caíres de Brito, Arruda Câmara, Leôncio Basbaum, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Maurício Grabois, José Praxedes, Osvaldo Peralva, Boris Tabakoff, Jorge Amado, João Falcão, Fernando Santana, Mário Alves e Ana Montenegro, nem todos baianos.

O cabo Giocondo Dias era um mito comunista, somente ofuscado por Luiz Carlos Prestes. Havia liderado a tomada do poder em Natal (RN), no levante comunista de 1935, no qual Prestes fora preso. Na ocasião, levou três tiros de um dos comandados, ao proteger com o próprio corpo o governador do Rio Grande Norte, Rafael Fernandes Gurjão, a quem Giocondo havia dado voz de prisão. Escondido para se recuperar dos ferimentos, sobreviveria a 13 facadas, em luta corporal com um capanga do proprietário da fazenda onde estava. Preso, cumpriu um ano de cadeia até a anistia de 1937, a chamada “Macedada”, concedida para legitimar o golpe do Estado Novo. Essa experiência influenciaria sua visão sobre a luta armada.

Estudante de engenharia, Marighella largou a faculdade em 1934 para atuar no PCB no Rio de Janeiro, sendo preso a primeira vez em 1936. Também foi libertado na “Macedada”, porém, acabou novamente preso em 1939 e foi libertado em 1945, com a redemocratização. Voltou para a Bahia e se elegeu deputado federal, integrando a bancada comunista na Constituinte de 1946. Giocondo viria a ser eleito deputado estadual. Com a cassação de seus mandatos, foi encarregado da segurança do líder comunista Luiz Carlos Prestes, na clandestinidade, enquanto Marighella se destacaria na liderança do PCB em São Paulo, durante os governos Dutra e Vargas.

Após a morte de Joseph Stalin, em 1953, com a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, a cúpula do PCB entrou em crise. O Comitê Central somente se reuniria dois anos depois, para destituir a Executiva liderada por Arruda Câmara e João Amazonas, que mantivera em segredo as denúncias dos crimes de Stalin feitas por Nikita Krushov, o novo líder soviético. Giocondo, que fora um dos artífices da aliança

do PCB com Juscelino Kubitschek (PSD) nas eleições de 1955, com Alberto Passos e Armênio Guedes, articulou a Declaração de Março de 1958, na qual o PCB assumiu o compromisso com a defesa da democracia. E emergiu da crise como segundo homem na hierarquia partidária, sob a liderança de Prestes. Giocondo e Marighella, porém, divergiram quanto à “política de conciliação com imperialismo” de Juscelino.

No governo Jango, Marighella defendeu a reforma agrária “na lei ou na marra”, Giocondo condenou o radicalismo das ligas camponesas. O primeiro apoiou a “revolta dos marinheiros”, o segundo considerou o movimento de cabo Anselmo uma provocação. Quando os militares destituíram Jango, Marighella acreditou que bastaria o brigadeiro Francisco Teixeira bombardear as tropas do general Mourão Filho, que marchavam em direção ao Rio de Janeiro, para derrotar os golpistas, enquanto Prestes, o “Setor Mil” (militares da ativa), Giocondo e outros dirigentes concluíram que Jango estava politicamente derrotado e a resistência armada resultaria num inútil de banho de sangue. Para Giocondo, a derrota da ditadura exigia longa resistência, a partir da formação de frente democrática, como de fato ocorreu. Inspirado na Revolução Cubana, Marighella acreditava que poderia transformar a derrubada do regime militar na revolução socialista. Em tempo: às vésperas do golpe de março de 1964, Prestes articulava a reeleição de Jango.